

19.3.47  
diário de notícias

# Sistema parlamentarista para o governo do Rio Grande do Sul

Como ficou composta a Assembléia Estadual daquele Estado — Eleito presidente da mesma, um representante do Partido Libertador — Por que foram frustrados os entendimentos para o estabelecimento de um governo coletivo e responsável — Há ainda, contudo, possibilidades — Declarações do deputado Raul Pila, em entrevista exclusiva ao DIÁRIO DE NOTÍCIAS

No pleito de 19 de janeiro, o Rio Grande do Sul elegeu o sr. Valter Jobim, apresentado pelo PSD, para ocupar o Executivo daquele Estado, cargo no qual s. a. já foi empossado. Com o sr. Jobim concorreram os srs. Alberto Pasqualini e Decio Martins da Costa, candidatos respectivamente, do PTB e da coligação UDN-PL.

O resultado das eleições no Rio Grande do Sul encerra alguns pontos efetivamente curiosos, diante especialmente da composição da Assembléia Estadual, já instalada e em pleno funcionamento. Segundo publicou a imprensa, os Pampas deram ao Brasil o exemplo de um Estado regido pelo sistema parlamentarista, capaz de estabelecer uma situação favorável a um bom funcionamento do governo, saído do pleito de 19 de janeiro. Para tanto, houve vários entendimentos entre os partidos políticos daquele Estado.

Foi exatamente por isso que procuramos ouvir, ontem, o sr. Raul Pila, deputado federal pelo Partido Libertador, e seu presidente. Iniciando as suas declarações, disseram o conhecido representante que se notabilizou em nosso país pela defesa do sistema parlamentarista:

— E' das mais interessantes a situação política criada no Rio Grande do Sul pelo pleito de 19 de janeiro. Foi eleito governador o sr. Valter Jobim, candidato do PSD, apoiado também pelos dois partidos das extremas, o PRP e o PCB, mas o PSD deixou de ser majoritário, pois não só não obteve a maioria absoluta da votação, mas foi também suplantado pelo Partido Trabalhista. Tem esta a maior bancada (23 deputados, graças à dedicação das sobras dos demais partidos); seguem-se-lhe o PSD, com 16, o Partido Libertador com cinco, a União Democrática Nacional com quatro, o PRP com quatro e o PCB, com três.

### ELEITO POR MINORIA

— Pode-se afirmar — continuou o sr. Raul Pila — que o governador eleito o foi por uma minoria do eleitorado riograndense, uma vez que a votação se distribuiu por mais dois candidatos: o sr. Alberto Pasqualini apresentado pelos trabalhistas, e o sr. Decio Martins Costa, sufragado pela União Democrática Nacional e pelo Partido Libertador. A maioria alcançada pelo sr. Valter Jobim sobre o seu competidor mais votado, foi, apenas, de menos de vinte mil votos. Com não menos fundada razão se pode afirmar, também, que a grande maioria do eleitorado riograndense repeliu formalmente o "queremismo", pois tal é a significação dos sufrágios dados aos srs. Valter Jobim e Decio Martins Costa.

### POR UM GOVERNO RESPONSÁVEL E COLETIVO

— O sr. Valter Jobim — prosseguiu o sr. Raul Pila — não obteve, pois, o beneplácito da maioria do eleitorado riograndense e não dispõe da maioria da Assembléia. Para governar legal e democraticamente, força lhe será grangear apoio de algumas correntes que lhe combateram a candidatura. Como? Eis a questão. Com acordos, arranjos ou cambalachos, tão gratos aos nossos costumes políticos? Ou, pelo contrário, mediante uma fórmula legal, que faça do governo uma resultante da maioria das correntes da opinião riograndense?

— O Partido Libertador — afirma o nosso entrevistado — já fez a sua opção. Decidiu-se, como não poderia deixar de ser, pelo sistema de governo responsável e coletivo. Esta é a solução que ele oferece. Se for aceita pela maioria da Assembléia Constituinte, ter-se-á dado um grande passo no caminho da democracia representativa, resolvendo ao mesmo tempo uma situação difícil; se for rejeitada, o Partido Libertador só dará ao governo a colaboração da sua crítica elevada, invejável e severa.

### A MESA

— Já na constituição da Mesa — diz-nos, depois, o sr. Raul Pila — prevaleceu o critério defendido pelo bloco UDN-Partido Libertador. Julgava-se o Partido Trabalhista com direito à presidência da Assembléia, por ser não o partido majoritário, como erroneamente se diz, mas o maior partido; pleiteava o mesmo direito o PSD, por haver de seu seio saído o governador.

Foi quando sustentamos que, dada a natureza da função e considerado o irredutível antagonismo dos dois partidos maiores, deveria saber a presidência a um representante da UDN ou do Partido Libertador, que especialmente se recomendasse por seus dotes pessoais.

— Rejeitado o alvitre tanto pelo PSD, como pelo PTB, o Partido Libertador tomou outra posição: faria pesar na contenda considerações de ordem programática, dando o seu voto ao candidato cujo partido se comprometesse a satisfazê-las. Encontrou assim em conversação com o Partido Trabalhista, no sentido da adoção do governo de gabinete. Falharam, porém, as negociações, porque a tanto não queriam chegar os trabalhistas, limitando-se eles a oferecer a exigência da aprovação, pela Assembléia, da nomeação dos secretários de Estado e a sua responsabilidade puramente individual, em vez de coletiva. Esta fórmula não foi por nós considerada satisfatória, incapaz de levar a um governo verdadeiramente responsável e eficiente, e só susceptível de criar dificuldades ao governador, sem nenhum benefício para a coletividade. Voltou-se, assim, à fórmula primitiva, por iniciativa do próprio PSD, que antes a havia rejeitado. Por acordo de todos os partidos, exclusivo o PTB, que se manteve aferrado no seu próprio candidato, foi eleito presidente da Assembléia o deputado Libertador, professor Edgar Schneider, já diretor da Faculdade de Direito e Reitor da Universidade. Os demais lugares da Mesa foram distribuídos aos outros partidos, inclusive o PTB, que os recusou, tomando uma posição de total isolamento.

### O VERDADEIRO CRITÉRIO

— Varias observações merecem estes fatos — prossegue o presidente do P. L. A primeira é que tudo se resolveu no âmbito da Assembléia e das direções partidárias, e não houve interferência nem do interventor, nem do governador eleito. A Assembléia Estadual começou respeitando a própria autonomia. A segunda observação é que se adotou para a presidência o verdadeiro critério: o dos predicados pessoais do candidato, e não o da força política da sua parcialidade. A terceira é que, se foi elevado à presidência da Assembléia um representante do Partido Libertador, não implica



Deputado Raul Pila

tal fato nenhum compromisso político com o governador; o professor Edgar Schneider será realmente o presidente da Assembléia, o cabeça

de um dos poderes do Estado, e nada mais do que isto.

### NAO SE PERDEU A OPORTUNIDADE

— Quero agora — continuou, depois, o dr. Raul Pila — antecipar a resposta a uma pergunta sugerida pelo desenvolvimento dos fatos. Nós, libertadores, quisemos fazer depender da eleição da mesa a organização dos poderes do Estado e não o conseguimos: estará perdida a oportunidade de dar ao Rio Grande um governo responsável e coletivo? Se houvéssimos chegado a acordo com o PTB, assegurada estaria a inovação, pois a nossa representação e a dele constituem a maioria absoluta da Assembléia e tal maioria, no caso, seria reforçada pela bancada comunista. Mas, gozada a combinação, nem por isto está perdida a possibilidade, pois no próprio seio do PSD há deputados partidários da idéia. Suponho que o próprio sr. Valter Jobim não lhe é infenso, pois bem sabe ele que, além dos seus méritos intrínsecos e permanentes, tem a fórmula a inestimável vantagem de adaptar-se perfeitamente à atual situação política do Estado, permitindo-lhe ter um governo tranquilo e profícuo. Terão os fatos menos força do que os preconceitos dos homens? E' o que se vai ver — concluiu o sr. Raul Pila.